

ALGUNS PROBLEMAS DA ATUAL HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA

Um levantamento, em extensão e profundidade, da atual situação dos estudos históricos no Brasil e sobre o Brasil é tarefa que demanda pesquisas e reflexões que no momento, por vários motivos, não temos condições de atender.

Não obstante, a necessidade urgente que se põe de um trabalho coletivo que proceda ao diagnóstico dessa situação, evidencia-se na medida em que as avaliações críticas existentes, ainda que precária e parcialmente, têm mostrado um quadro em que as coordenadas podem ser resumidas na busca de melhores condições instrumentais de trabalho, na preservação e conservação dos documentos, no preparo teórico e na elevação do nível científico das obras e comunicações. Atingidos êsses objetivos, poder-se-á esperar do historiador participação maior, ao lado dos demais cientistas, no esforço comum que o país exige.

O pretexto de registrarmos alguns fatos recentes, como o lançamento de obras básicas para êsse entendimento e a realização de uma importante série de reuniões científicas de âmbito nacional, levou-nos às reflexões que se seguem e que eventualmente poderão motivar um debate maior entre aqueles que se preocupam com a historiografia brasileira.

AS FONTES

O avanço e a complexidade que, devido a êsse mesmo avanço, atingiram os meios de comunicação em nossos dias, objetivando compreender

cada vez de maneira mais ampla e persuasiva a massa, e nela o individuo, através da imensa variedade de técnicas, não afetaram por enquanto, pelo menos decisivamente, a importância do texto documental de interesse para a História.

Isto significa que, se o elenco de fontes históricas aumentou de maneira impressionante e o volume de informações cresceu ao ponto de sufocar o historiador na sua busca seletiva para a compreensão histórica, o texto documental, ou o texto como fonte, conseguiu até então resguardar o seu devido lugar, por mais diversas que tenham sido as maneiras, as técnicas ou os instrumentos de que se serviu o homem para a sua redação.

Entretanto, diante dessa impressionante massa de informações tem assistido ao historiador, cada vez de maneira mais angustiante, uma tarefa preliminar que, em boa parte, dirige-se mais para a programação, computação, manipulação e análise de dados e a elaboração de esquemas que permitem digerir o acervo documental, traduzindo-o, sintetizando-o ou interpretando-o para colocá-lo em condições de ser analisado.

É bem possível até que a História, num certo momento futuro, se desvencilhe de tal maneira do texto-documento, que ela será redigida apesar do documento, muito ao contrário portanto da nossa antiga convicção recebida nos bancos escolares, de que sem o documento não há História. É claro que nos referimos ao *texto* como documento, fonte tradicional para o historiador, mas cuja apresentação e transmissão de informações têm sofrido revolucionárias transformações, sobretudo ditadas pelas conquistas eletrônicas que levarão o historiador forçosamente a adotar processos diversos de memorização, armazenamento e utilização das informações computadas (1).

Essa perspectiva diminui até de significação quando verificamos a conclusão de alguns filósofos da História que afirmam que a História está com os seus dias contados...

De qualquer maneira, estamos em pleno processo de profundas alterações, durante as quais é difícil ainda ter uma noção clara do futuro sistema de trabalho do historiador no que diz respeito aos seus instrumentos, às

(1) Sobre a aplicação dos computadores à pesquisa histórica é de grande interesse o levantamento bibliográfico periódico que vem publicando o Boletim do Queens College da Universidade de New York, em cujo número 3 (Vol. 3), correspondente a janeiro de 1969 temos o artigo de Charles M. Dollar, *Innovation in Historical Research: A Computer Approach*. A necessidade do armazenamento de dados para o historiador, através de computadores, foi por nós defendida no artigo *A Ideologia da Riqueza* in Suplemento Literário do Estado de São Paulo, n.º 724, de 13 de junho de 1971. Nesse sentido, a idéia de criação de Banco de dados encontramos ainda em Francisco Iglésias, *A Pesquisa histórica no Brasil* (exemplar datilografado), comunicação apresentada especial atenção à documentação básica para o entendimento do processo de modernização do Brasil.

fontes de que se utilizará, à sua própria participação ou à finalidade mesma da História.

Esse tributo que o historiador e a História pagam ao progresso tecnológico e científico que não foram conquistados para êle, historiador, e porisso mesmo não podem ser muitas vezes acompanhados por êle, oferece no entanto, em contrapartida, novos recursos no que diz respeito à conservação e utilização da massa de informações, no que naturalmente se incluem os dados estatísticos.

Assim, não é que a História procure libertar-se do atrativo dominante e até algum tempo atrás decisivo do texto como documento, pois o historiador, utilizando-se do documento, procura ver através dêle, iluminando-o, dando-lhe vida, procurando saber além da verdade e da certeza que o documento pode ou não encerrar.

Nessa quantidade de documentos que tanto se avoluma, alguns se sobressaem por diversos motivos, entre os quais: 1. foram redigidos em momentos decisivos do processo histórico; 2. quem os redigiu teve um papel destacado nos acontecimentos históricos; 3. o texto redigido por um indivíduo ou por um grupo teve implicações de importância, sem que muitas vezes essas implicações necessariamente estivessem nas intenções ou fôsem previstas pelos seus autores no ato da redação; 4. oferecem pela sua frequência a oportunidade do estabelecimento de médias de compreensão de determinados fenômenos; 5. foram redigidos para expressar importantes decisões de indivíduos ou grupos, do Poder constituído ou de instituições, decisões de longa duração, largo alcance e profundas conseqüências e 6. fornecem informações ou dados, descrevendo situações ou interpretando-as de maneira a permitir o alcance e a compreensão das mudanças sociais, políticas e econômicas, epidérmicas ou profundas. É natural que essas características que podem definir a qualidade do documento e portanto o seu interesse para o historiador possam ocorrer mais de uma delas num mesmo texto.

Para a historiografia brasileira contemporânea que se preocupa, em alguns Centros de estudo, sobretudo universitários, cada vez mais com a interpretação do coetâneo, procurando "ver" além do fato e do personagem histórico na sua ação, buscando a compreensão dos sistemas e regimes políticos, sociais e econômicos, o que equivale a dizer discernindo o que é estrutural do que é circunstancial ou conjuntural, sem que haja necessariamente uma hierarquia nessa distinção, para essa historiografia o texto documental parece sofrer gradativamente a redução das proporções de sua importância. Mas, é claro que mesmo a esta redução sobrenadam certos textos que, ainda que se releve a grande distância que há geralmente entre a realidade descrita ou sugerida no texto e a realidade histórica em que

êle se insere ou a que êle se refere, apresentam-se como fontes indispensáveis de consulta e análise.

Ainda recentemente se lançou uma coletânea de textos básicos para a história do que se convencionou chamar, entre nós, de Primeira República (2).

Assim como as bibliografias e os repertórios de leis, a publicação de textos documentais só de uns anos para cá parece estar merecendo entre nós o interesse das editoras comerciais, o que de certa maneira revela maior grau de maturidade do pensamento histórico brasileiro ao lado da constatação da existência de um público leitor para tal tipo de antologia.

Ambos, estudioso e estudante, devem encontrar nesses trabalhos de pesquisa e divulgação instrumentos indispensáveis para a racionalização dos seus estudos, dando-lhes mais altos padrões científicos de trabalho, o que em certos países há muito foi dignificado como tarefa preliminar e de irreduzível importância (3).

Na coletânea de textos a que aludimos, seu autor Edgar Carone conseguiu reunir os documentos de um período recente da História do Brasil, durante o qual se pronuncia de maneira mais enfática a irreversibilidade das transformações que em determinadas áreas do país marcam as suas contradições e os rumos da revolução. E quando verificamos o antigo dualismo estrutural: o *meio rural* com a grande propriedade, a massa amorfa, a aristocracia fechada, a força político-policial das oligarquias locais se contrapondo ao *meio urbano* com a massa operária ativa e reivindicante, as classes médias e a nova burguesia empresarial ligada a indústria, ambos, rural e urbano, pautando o comportamento dos grupos pelas imposições do capitalismo dependente, condicionado às pressões externas que se fazem sentir direta ou indiretamente tanto para a fazenda como empresa agrícola, como para a fábrica como empresa industrial.

(2) EDGARD CARONE, *A Primeira República (1889-1930. Texto e contexto)*, Vol. 29 da Coleção «Corpo e Alma do Brasil», Difusão Européia do Livro, São Paulo, maio de 1969.

(3) Como antologia geral de textos básicos para a História do Brasil, o que de melhor conhecemos foi feito por um professor norte-americano para atender naturalmente o interesse dos estudiosos daquele país e portanto com limitações para o leitor brasileiro, conforme *A Documentary History of Brazil*, reunido por E. Bradford Burns e editado por Alfredo A. Knopf, New York, 1966. No Brasil foi lançada a *História Documental do Brasil*, de Terezinha de Castro. Distribuidora Record, Rio, 1968. Ainda em boa parte para o período que Edgard Carone balizou para a sua antologia, pelo número e importância de documentos transcritos merece referência o conjunto de obras de Hélio Silva denominado «O ciclo de Vargas» (1922. *Sangue na areia* de Copacabana; 1926. *A Grande Marcha*; 1930. *A revolução traída*; 1931. *Os tenentes no poder*; 1932. *A guerra paulista*; 1933. *A crise do tenentismo*; 1934. *A Constituinte*; 1935. *A revolta vermelha* e 1937. *Todos os golpes se parecem*, todos editados pela Editora Civilização Brasileira, Rio). Sabemos ainda que o prof. José Honório Rodrigues prepara uma *História Moderna do Brasil*, na qual será dada especial atenção à documentação básica para o entendimento do processo de modernização do Brasil.

É o Brasil Arcaico em luta com o Brasil Moderno. Aquêlê mais onerado pelo preço que este lhe cobrou e lhe cobra pela sua industrialização, isto é, a migração interna para atender à demanda da mão-de-obra rural e o mercado profissional urbano mais ligado à prestação de serviços e aos escalões inferiores da qualificação profissional exigida pelo complexo industrial, além do natural sistema de articulação da matéria-prima com a manufatura entre as áreas de economia agrária e de subsistência, como o Norte e o Nordeste, e as de industrialização em desenvolvimento como o Leste e o Sul.

Assim, nesses quarenta anos que correspondem à Primeira República, isto é, de 1889, data da Proclamação da República, até 1930, data da Revolução que levaria Getúlio Vargas ao poder, desenvolve-se um longo e muitas vezes penoso ensaio político de justaposição das classes e instituições ao desenvolvimento do capitalismo industrial.

Esse processo de adaptação não se faz sem conflito, pois o dualismo entre a resistência rural e o avanço reivindicatório urbano, o comportamento interveniente do Estado, muitas vezes sem a suficiente cobertura político-militar para impor seu poder às forças políticas e econômicas locais, bem como o fortalecimento de novos grupos atuantes no meio urbano, gerarão áreas de atrito, cujo desenlace será um movimento armado de maior envergadura que resultará por sua vez numa revolução que chegará a afetar certas estruturas, apesar da inércia da massa rural e ainda da quase indiferença geral do povo, facilmente verificáveis em diferentes episódios. Uma análise sincrônica nos convencerá sempre que esses embates se travaram ritmados por condicionantes internas e externas.

Mas, o valor da antologia em questão está na visão de conjunto que nos permite no tempo e no espaço, mostrando os diversos componentes desse processo de transformação dos 41 anos compreendidos pela Primeira República.

Feita por um historiador, a coletânea reúne o conjunto documental que faltava para o estudo daquele período e que possibilitará tentativas de síntese até agora elaboradas com generalização e explicações parciais sobretudo por outros cientistas sociais.

Com esses documentos que ambiciosamente abarcam a cronologia factual da política e sua movimentação, a estrutura agrária e a industrial, as classes sociais e o papel do exército, torna-se possível verificar as dimensões da luta pelo Poder com suas pressões de diferente ordem que irão desembocar na revolução de 1930 (4).

(4) Para o estudo dos movimentos revolucionários justamente desse período, uma síntese que se recomenda é o livro anterior de Edgard Carone, *Revoluções do Brasil Contemporâneo* (1922-1938), Coleção Burtli, Vol. 11, Editora Deso, São Paulo, 1965.

Aliás, à antologia se seguiu a publicação de dois outros estudos, pelo mesmo autor, nos quais se detém, no primeiro volume, em analisar o papel das instituições e classes sociais na construção e evolução do regime político, e no segundo volume em rever a história política propriamente dita (5).

A propósito ainda, é de relevar-se o aparecimento dentro de um espaço de tempo bastante curto, de outra obra sobre o mesmo período, sintoma do esforço dos historiadores no sentido do estudo, em profundidade, do Brasil deste século. Esses livros são de autoria de professores formados pela Universidade de São Paulo (6).

Reclamar omissões de uma antologia, seja ela qual for, é vêzo a que dificilmente se pode fugir, daí verificarmos a ausência da história cultural, i.e., de alguns documentos básicos para a compreensão pelo menos de um movimento de renovação nas letras e nas artes, cujas raízes e manifestações datam justamente desse período: o Modernismo. Para tanto acreditamos que o *Manifesto Antropófago* de Oswald de Andrade, publicado na Revista de Antropofagia, ano I, n.º 1, de maio de 1928, corresponderia perfeitamente, ao que aliás também podia juntar-se o *Manifesto da poesia pau-Brasil*, do mesmo Oswald, publicado no Correio da Manhã, do Rio, de 18 de março de 1924.

Na área institucional, além do Exército, o comprometimento e a ação da Igreja acreditamos que merecessem também alguns textos esclarecedores. O Decreto de 7 de janeiro de 1890, por exemplo, separando a Igreja do Estado seria um deles. Não mais do que isso.

A PESQUISA

As observações que vimos fazendo há alguns anos, através do contacto com colegas da maior parte das Universidades e Faculdades isoladas do Brasil, bem como a oportunidade de visitas feitas a centros de estudos históricos de diferentes Estados brasileiros, o que ainda se complementa com a participação em seis reuniões periódicas de professores Universitários de História e com a experiência de 15 anos de magistério em nível superior, convenceram-nos de que as insuficiências com que luta a pesquisa histórica no Brasil refletem uma situação genérica, isto é, a crise de crescimento que desafia o país, conjuntura para a qual o concurso de historiador não deve e não pode ser relegado.

O que se passa com os estudos de História do Brasil, no tocante à pesquisa e à decência universitárias, é em boa parte o que ocorre em rela-

-
- (5) Edgard Carone, *A República Velha* (Instituições e classes sociais), Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1970; Edgard Carone, *União e Estados na vida política da Primeira República*, Difusão Européia do Livro, S. Paulo, 1972.
- (6) Bóris Fausto, *A revolução de 1930* (Historiografia e História), Editora Brasiliense, São Paulo, 1970.

ção às demais Ciências Sociais, agravado no entanto pelo legado que se transmitiu à atual geração de historiadores, que fazia e tenta ainda fazer da História um simples gênero literário, sem obrigações ou ambições científicas, sendo nesse caso um quefazer bem apropriado aos profissionais aposentados que com os recursos de determinadas instituições buscam um ócio dignificante e ficam a catar migalhas num trabalho que só atrasa os estudos históricos, na medida em que muitas vezes não tem qualquer compromisso com a ciência e tampouco com a consciência...

Dessa maneira, repetimos que a descrição do estágio atual da pesquisa histórica no Brasil corresponde ou se integra na problemática geral que sofre o pensamento científico brasileiro. Entretanto, se de um lado há o descaso pelo material e pelos instrumentos de trabalho, por outro também se verifica que a capacidade operacional dos pesquisadores está condicionada a vícios nos quais eles próprios têm muitas responsabilidades.

Se o isolamento em que se trabalha é ditado pelas distâncias, pela falta de recursos ou pelo seu mau aproveitamento, pela indiferença de poder público e das instituições privadas, o é também pela displicência do estudioso que conscientemente se ensimesma, evitando o diálogo, não comunicando o resultado de suas investigações, fazendo concessões as mais deploráveis em matéria de terminologia, método e conceitos, colocando-se numa absurda auto-suficiência que, como é natural, se reflete de imediato no nível e no rendimento dos seus trabalhos.

Essa situação ocorre tanto dentro como fora da Universidade, embora esta com recursos próprios, nem sempre aproveitados de maneira ideal, consiga fazer algo particularmente no setor das publicações, sendo de se lastimar contudo que alguns nomes respeitáveis dos estudos históricos do Brasil e sobre o Brasil estejam fora da Universidade, sendo em alguns casos até hostilizados por ela.

A terapêutica para essa situação não é desconhecida e uns poucos historiadores têm com ela acenado. Esse é o caso de José Honório Rodrigues, cujos esforços se vêm dirigindo há anos em favor de uma História Moderna do Brasil e de uma História do Brasil Moderno, isto com todo o aparato crítico, documental e bibliográfico que se exige para que a historiografia de um país atinja a idade adulta. Credenciam-no a essa tarefa a soma de estudos que tem realizado e publicado, a experiência direta do trato arquivai, os cargos de direção que ocupou em instituições vinculadas à pesquisa histórica, a pregação contínua que tem feito, bem como a independência intelectual de sua palavra e de sua pena.

A recente reedição, quase simultânea, de duas de suas obras, consideradas instrumentos indispensáveis para os estudos de história do Brasil representa, apesar de todas as advertências e às vezes da dramaticidade mesmo de suas próprias denúncias, um sintoma de certa maturidade do pensa-

mento histórico brasileiro, não obstante todos os desníveis que se verificam nas diferentes áreas do país (7).

Há alguns anos atrás, não muitos, este seria outro empreendimento pelo qual dificilmente uma editora comercial se interessaria, mercê do investimento oneroso para uma clientela inexistente ou desinteressada. De sorte que as próprias obras de JHR provam que tem havido uma evolução para melhor dentro do panorama desolador que ele nos descreve.

Nesta oportunidade detemo-nos apenas no livro *A pesquisa histórica no Brasil*, com o qual o autor confessa desejar "... a história da busca do documento, da sua revelação e publicação, isto é, a tentativa de fornecer a todos tôdas as fontes, os elementos primordiais do trabalho histórico" (pág. 93).

Nessa obra o autor conta-nos a evolução das pesquisas de História do Brasil, desde a sua sistematização, compreendendo a iniciativa oficial e os diferentes exemplos de instituições particulares e mesmo de indivíduos, fazendo ainda o balanço crítico da atual situação em que se acham as investigações históricas ao mesmo tempo que pretende dar a êsse texto a condição de guia eficiente, seguro, erudito, com bom aparato bibliográfico, para servir a professores, estudantes e estudiosos da História do Brasil que desejam remeter-se à investigação paciente e muitas vezes ingrata dos arquivos, remexendo papéis avulsos, códices, velhos mapas e gravuras.

Em boa parte deduz-se da sua leitura que pelo menos a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os responsáveis pela pesquisa histórica no Brasil andaram teóricamente certos, sendo que o que hoje se preconiza, geralmente já àquela época era enfaticamente defendido, mostrando, por sua vez, que ao longo desse período as limitações de natureza vária é que dificultaram a concretização desses planos, que se executados dariam agora ao Brasil situação excepcional num dos setores de infra-estrutura dos mais importantes da sociedade moderna: a documentação e a informação.

No tocante à insensibilidade do poder público à situação angustiosa dos arquivos, a República brasileira revela-se bem mais desatenta que a Monarquia, compreendendo-se essa defasagem no tratamento por parte dessas instituições se tivermos em conta o mecenato do segundo Imperador para com os assuntos culturais. Não obstante, as denúncias sobre o estado dos arquivos locais, que vêm desde Gonçalves Dias até José Honório Rodrigues, pouco conseguiram em relação à indiferença do governo, que assistia quase im-

(7) José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil* (Introdução Metodológica), Coleção Brasileira, Série Grande Formato, Vol. 11, 3.ª edição revista, atualizada e com dois capítulos novos, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1969; *A pesquisa histórica no Brasil*, e Coleção Brasileira, Série Grande Formato, vol. 20, 2.ª edição revista e aumentada, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1969.

passível a essa irrecuperável "Morte da Memória Nacional", conforme há pouco tempo atrás apontou Franklin de Oliveira (8).

A nossa experiência pessoal tem-nos revelado, de maneira contínua, essa inexorável deterioração dos papéis históricos brasileiros, indo desde os documentos vendidos a pêso de papel velho ou transformados em rojões para as festas juninas em Estados como os de São Paulo e Paraná, até aqueles códices dos arquivos paraenses que não pudemos examinar simplesmente porque estavam petrificados, ou ainda os documentos avulsos dos arquivos baianos, cuja tinta corrosiva utilizada na pena de ganso (por quem os escreveu) fazia com que, ao levantarmos uma folha, tôdas as suas letras caíssem, cortadas que tinham sido ao longo do seu contorno... isso para não falar-mos nos processos de conservação de manuscritos adotados em alguns arquivos nordestinos que, ao colarem papel de pouca transparência por cima do documento, o tornam absolutamente ilegível ou então alguns arquivos goianos, cujo acervo foi encontrado em adiantado estado de deterioração, mas felizmente microfilmados pelo Centro de Documentação Histórica da Universidade de São Paulo (9).

Somente a mazelas como essas é que se pode atribuir afirmações como aquela que faz JHR à pág. 112: "No Brasil não há pesquisa histórica, nem no Ministério da Educação, criado em 1930, nem nas Universidades Federais ou Estaduais, criadas também na década de 1930", com a qual todavia não concordamos.

Numa obra como esta que representa desmedido esforço de reunião, de informações sobre guias e periódicos, obras e autores, documentos, arquivos, bibliotecas e universidades, é natural que se possa acrescentar ainda algo que na verdade pouco significa diante da soma e importância do que recolheu o autor. Não obstante, apenas como colaboração ao seu vasto inventário, gostaríamos de lembrar mais alguma coisa.

Assim, quando o autor arrola os arquivos e bibliotecas portuguesas metropolitanas de interesse para a História do Brasil (pág. 211), o artigo de Manuel Nunes Dias, *Alguns arquivos portugueses que importam ao Brasil*, Revista de História n.º 16, revela um conhecedor daqueles arquivos, dando-

(8) Franklin de Oliveira, *A Morte da Memória Nacional*, Editora Civilização Brasileira, Rio. 1967. Resultante de um encontro realizado de 1 a 3 de abril de 1970, convocado pelo Ministério da Educação e Cultura, foi firmado o *Compromisso de Brasília*, documento que estabelece um programa para a defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em cujo texto destacamos a seguinte resolução:

«11. Recomenda-se a defesa do acervo arquivístico, de modo a ser evitada a destruição de documentos, ou tendo por fim preservá-los convenientemente, para cujo efeito será apreciável a colaboração do Arquivo Nacional com as congêneres repartições estaduais e municipais» (Revista de História, vol. 76, Universidade de São Paulo, outubro-dezembro de 1968, pág. 461).

(9) Dulce Helena Alvares Pessoa Ramos e Raquel Glezer, *Notícia sobre a documentação do Museu das Bandeiras — Goiás* in Revista de História, vol. 76, Universidade de S. Paulo, outubro-dezembro de 1968, pág. 461.

nos indicações úteis sobre arquivos como o da Casa da Moeda, o Histórico Municipal ou Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, a Biblioteca do Instituto Nacional de Estatística (Lisboa), o Arquivo e Biblioteca de Évora, não mencionados por JHR, embora desta última nos aponte o conhecido catálogo de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (pág. 234).

No caso da Biblioteca da Ajuda, como instrumento de grande valia pelas indicações e documentos transcritos, deve-se citar o volume *Manuscritos da Ajuda* (Guia), 1.º volume, editado pelo Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1966. No que diz respeito ao Arquivo Histórico Ultramarino, sobre sua organização e fundos (1.2 — pág. 212), é indispensável o trabalho impresso de Alberto Iria, *O Arquivo Histórico Ultramarino*, Lisboa, 1958. Aliás, ao citar entre mais de um inventário elaborado por esse autor que é o diretor daquele arquivo, esquece-se de outros dois catálogos seus, publicados respectivamente nos números 16 e 17 da revista *Studia*, ou seja: *Inventário da Iconografia Brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino e Inventário Geral da Cartografia Brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino* (Elementos para a publicação da *Brasiliae Monumenta Cartographica*). Ao registrar as relações sobre temas específicos não publicadas, mas datilografadas (pág. 110), que se acham à disposição dos leitores desse Arquivo em suas salas de leitura, queremos juntar uma intitulada "Relação de alguns documentos referentes à Bahia e à Carreira da Índia" que nós elaboramos e que lá se encontra também.

Omissões que não se compreendem são as do Arquivo e Biblioteca da Sociedade Geográfica de Lisboa que possuem catálogo manuscrito dos seus documentos e um notável e atualizado acervo de obras e revistas, e do Arquivo Histórico do Ministério de Obras Públicas, sobre o qual há proveitosas indicações no artigo de Mário Alberto Nunes Costa, *Nota sobre alguns documentos relacionados com a expansão ultramarina portuguesa, existentes no Arquivo Histórico do Ministério de Obras Públicas em Lisboa* in *Revista de História*, n.º 49.

Para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo é importante a série editada pelo Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, *As Gavetas da Torre do Tombo*, com 7 volumes publicados, Lisboa, 1960/1966, todos eles invariavelmente contendo a transcrição de documentos de interesse para a história brasileira.

No que diz respeito aos arquivos privados portugueses, na obra *Contribuição para uma sociologia da biografia* (O exemplo de Luís de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII), Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa, 1968, informa Gilberto Freyre que a catalogação do Arquivo da Casa de Insua, a que pertenceu aquele governador, estava sendo feita, tendo-nos informado o historiador Ruben Leitão, encarregado desse trabalho já a ter concluído. Aliás, o segundo volume dessa obra se compõe só da transcrição de documentos daquele

arquivo, bem como de uma "Relação dos manuscritos conservados na Casa de Insua que importam à biografia de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres" (10).

Passando para o ultramar português, de tantas afinidades com o Brasil colonial, ao fazer menção do *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa* (pág. 214), por ter apenas apontado 11 volumes publicados, quando o Boletim tem até o momento da edição da obra que estamos tratando, pelo menos 37 volumes, o autor deixa de dar informações importantes para o Brasil, como é o caso, por exemplo, dos recheios do Arquivo de Macau (China), cujo *Catálogo dos manuscritos de Macau* foi publicado em 3 volumes, em separata dos números 25 (1963), 31 (1965), e 32 (1966) do Boletim da Filmoteca. Diga-se a propósito de Macau, também ser de interesse histórico, trazendo transcrição integral dos documentos, a publicação mensal *Arquivo de Macau*, editada pelo Governo da Província de Macau.

Para os Arquivos de Moçambique (pág. 215 — n.ºs 1.11), o autor poderia ter apontado excelentes guias e volumes que transcrevem documentos respeitantes àquela província africana, que são conservados nos arquivos metropolitanos. Nesses documentos, não é pequeno o número dos que interessam ao historiador brasileiro. Estão nesse caso a *Documentação avulsa moçambicana do Arquivo Histórico Ultramarino*, sumariada por Francisco Santana, 2 volumes publicados pelo Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1964. Também editados pelo mesmo Centro temos os 5 volumes dos *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central* (1497-1840), Lisboa, 1962/1965.

De especial interesse para o Brasil são os arquivos de Angola, também ausentes do rol de arquivos portugueses feito por JHR. Para eles temos as "Publicações do Museu de Angola", como por exemplo os *Livros de ofícios para o Reino do Arquivo Histórico de Angola* AVGBF/VRJVQ por Carlos Dias Coimbra, Luanda, 1959. Os *Arquivos de Angola*, publicados pelo Museu de Angola que contém documentos do Arquivo Histórico de Angola, em curso de publicação, e ainda o *Boletim do Arquivo Histórico e da Biblioteca do Museu de Angola*, também em curso de publicação.

Editado pelo Arquivo Distrital do Funchal, ilha da Madeira, a coleção do *Arquivo Histórico da Madeira*, em curso de publicação (volume XV), conduz úteis relações de verbetes dos fundos de diferentes arquivos daquela ilha, chegando muitas vezes à transcrição integral dos documentos.

Ainda de interesse para o ultramar português, e portanto para o Brasil, é a série de documentos impressos *Documentação Ultramarina Portuguesa*, com 6 volumes publicados pelo Centro de Estudos Históricos Ultra-

(10) Já havíamos redigido este artigo, quando chegou ao nosso conhecimento a notícia, por todos os motivos deplorável, de que um incêndio destruiu a coleção de documentos, mapas e desenhos do Arquivo da Casa de Insua, em Portugal.

marinos, Lisboa, 1960/1966, inserindo textos de fundos os mais diversos, quase sempre de proveito para a história do Brasil.

Por último, no tocante aos arquivos estrangeiros, no título "Arquivos alemães" (pág. 219), falta um guia bastante útil: Luís Silveira, *Portugal nos arquivos do estrangeiro* (Manuscritos portugueses da Biblioteca Estadual de Hamburgo), Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1946.

Por sua vez, a citação de arquivos como os de Pôrto Rico, Honduras, Guatemala, etc., parece-nos, salvo melhores informações, de pouco ou nenhum interesse para o pesquisador brasileiro, o que então aumenta a importância das omissões e que dizem respeito, nos exemplos que temos apontado, a arquivos e bibliotecas, cujos fundos têm inquestionável valor para o Brasil.

Relativamente aos arquivos brasileiros, também temos algo a lembrar. Assim, ao mencionar a Coleção Alberto Lamago (pág. 230), hoje incorporada ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, não devia esquecer o inventário feito por Myriam Ellis, *Catálogo da miscelânea e dos manuscritos da Coleção Lamago* in Revista de História, n.ºs 46, 47, 50, 51 e 59.

Na área universitária iniciativas de inestimável valor vêm sendo tomadas no Brasil, apresentando resultados que não devem ser ignorados, como a criação do Centro de Documentação Histórica da Universidade de São Paulo que, entre outras realizações de alcance, procede à catalogação dos jornais do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, bem como realizou a microfilmagem dos documentos do Museu das Bandeiras, de Goiás. Uma notícia das atividades desse Centro temos em Dulce Helena Pessoa Ramos e Raquel Glezer, *O Centro de Documentação Histórica da FAPESP* in Revista de História n.º 72 (11).

Através de um convênio do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná com a Fundação Educacional do Estado do Paraná está-se concretizando o "Projeto Levantamento de Arquivos", cujos resultados foram apresentados ao V Simpósio de Professores Universitários de História, realizado em Campinas, quando a numerosa delegação paranaense apresentou num volume impresso o levantamento das fontes históricas das cidades daquele Estado (Cf. *Arquivos Paranaenses*, 1969). Como Boletim n.º 8, ainda o referido Departamento de História da Faculdade de Filosofia do Paraná editou, em 1969, o volume *Arquivos da cidade da Lapa*, em 1971, nos seguintes Boletins: n.º 11 *Arquivo da Paró-*

(11) Ainda sobre o mesmo Centro, agora chamado Setor de Documentação do Departamento de História da USP, vide Katia M. Abud e Raquel Glezer, *Pesquisa de História do Brasil* (trabalhos em realização), comunicação apresentada à XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em Curitiba, julho de 1971 (exemplar datilografado).

quia da Santa Felicidade, n.º 12 Arquivos Contratuais de Curitiba, n.º 13 Arquivos da Prudentópolis, todos resultantes do mesmo projeto.

Assim como a *Revista de História* da Universidade de São Paulo vem sistematicamente publicando levantamento de fontes de cidades paulistas, do que aliás o autor faz a devida menção, também os Simpósios de Professores Universitários de História vêm dedicando sessões especiais aos arrolamentos de fontes históricas municipais, com resultados dos mais substanciais vindos de diferentes áreas do país.

Passando para as publicações diretamente relacionadas com a pesquisa histórica, embora mais voltadas para o interesse literário, nem por isso devem ser ignorados pelo investigador de História do Brasil o *Dicionário Literário Brasileiro*, de Raimundo de Menezes, 5 vols., Edição Saraiva, São Paulo, 1969, e o *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira* (biográfico, crítico e bibliográfico), dirigido por José Paulo Paes e Massaud Moisés, com vários verbetes de História do Brasil, editado pela Cultrix, São Paulo, 1967. O escritor Ernâni Silva Bruno tem adiantado um *Dicionário de História do Brasil*, a ser lançado pela Editôra Cultrix, de São Paulo, sendo que em 1970 as Edições Melhoramentos entregaram ao público o *Nôvo Dicionário de História do Brasil*.

Editado em Portugal, mas de especial interesse para os pesquisadores brasileiros, é o *Dicionário da História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, em publicação. Também o *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Brasileira e Galega*, dirigido por Jacinto do Prado Coelho, Livraria Figueirinhas, Pôrto, 1960, conduz verbetes de História e Historiografia.

Para terminar esta já longa enumeração, com a qual desejamos apenas subsidiar o trabalho do prof. José Honório Rodrigues, lembrariamos ainda que no título "Revistas de Geografia, Ciências Sociais e Política" (pág. 172) é oportuno acrescentar-se publicações como a *Revista Brasileira de Estatística* que traz artigos indispensáveis para os estudos de demografia histórica, a coleção da extinta revista *Anhembi* que abrigou tantos trabalhos de interesse direto para a história do Brasil, a *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (Universidade de São Paulo — números 1 a 10, 1971, que possui seção de História. Ainda as coleções do *Boletim Paulista de Geografia* e do *Boletim Carioca de Geografia*, mantidos pelos núcleos regionais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (A.G.B.) trazem matéria que merece sua citação. Em Portugal, a professora Virginia Rau dirige *Do tempo e da história* (Lisboa, 1965), órgão do Centro de Estudos Históricos do Instituto de Alta Cultura, que não figura nas listas de publicações portuguesas da obra a que se faz referência (12).

(12) É claro que as realizações e publicações datadas depois do lançamento do livro do professor José Honório e por nós mencionadas neste artigo, não lhe podem ser reclamadas contudo.

Ao mencionar o cargo de historiógrafo (pág. 250), criado pelo Museu Paulista, dada a extrema limitação do mercado de trabalho que existe nesse sentido no Brasil, será de bom alvitre informar que o Instituto de Estudos Brasileiros, da U.S.P., possui em seu quadro de funcionários *pesquisadores de História*, bem como o Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo tem também o cargo de historiógrafo.

O ENSINO

Uma série de seis reuniões realizadas no espaço de dez anos deu aos professores universitários de História, no Brasil, a oportunidade de proveitosa troca de idéias sobre os problemas que assoberbam o ensino e a pesquisa dessa disciplina em nível superior em nosso país. Dessa maneira, já se torna possível nesta altura uma espécie de balanço, no qual se pode considerar alguns aspectos dos estudos históricos nesta última década, através dos Simpósios iniciados em 1961, bem como também uma ligeira reflexão a respeito de como obter maior rendimento e melhor qualidade nos trabalhos que nesse sentido se desenvolvem.

Elevados a nível superior com a criação das Faculdades de Filosofia, a partir de 1934, os estudos históricos levaram nada menos de 27 anos para assistir a uma reunião, de âmbito nacional, em que se fizesse um exame retrospectivo de sua evolução, mediante a troca de experiência na docência e na pesquisa, o contacto entre profissionais das diversas Universidades e Faculdades isoladas do Brasil, e a apresentação de comunicações de interesse para os que dentro da Universidade se dedicam ao estudo e ensino da História.

Convimos que o tempo que decorreu até a realização desse primeiro Simpósio, realizado de 15 a 20 de outubro de 1961 pela Faculdade de Filosofia de Marília, foi demasiadamente longo, permitindo com isso uma lastimável procrastinação na eliminação dos desacertos, no enriquecimento da experiência universitária de cada docente, no estímulo e emulação indispensáveis para se promover a elevação do padrão científico de trabalho do professor de História.

Iniciadas essas reuniões, por motivos que não vêm ao caso, não se conseguiu todavia a sua regular periodicidade, além do que também não obedeceram elas um zoneamento geográfico de locais, de molde a permitir que algumas regiões de um país como o Brasil, justamente das que mais necessitam, participassem de uma discussão desse alcance.

A primeira reunião foi inteiramente dedicada ao ensino da História. Como tomada inicial de contacto, depois de quase 30 anos de trabalho, valeu pelo volume de problemas docentes e de pesquisa trazidos à discussão,

suscitando algumas soluções que inclusive desde logo foram postas em prática.

Nessa ocasião, mereceram a atenção dos simposistas assuntos como: desdobramento de disciplinas, periodização da História, especialização, problemas de ordem profissional e didática, ciências auxiliares da História, ensino tradicional e renovação, estudos de História comparada, História regional, a posição da História do Brasil no elenco das Histórias, o lugar das disciplinas pedagógicas no Curso de História, a reestruturação do currículo universitário, a pós-graduação, etc.

Uma série de 37 conclusões, em forma de recomendações, enfeixou as discussões de Marília. Algumas dessas conclusões, como dissemos, foram postas em prática, outras encontraram dificuldades para serem executadas, enquanto que outras foram simplesmente postergadas.

A procedência de muitas dessas recomendações era tão evidente que as autoridades estaduais e federais as aceitaram, providenciando desde logo sua efetivação. Esse é o caso, por exemplo, da separação dos Cursos de Geografia e História — o que, diga-se de passagem, já vinha sendo feito antes da reunião de Marília em algumas Faculdades — da flexibilidade e redução dos currículos, da planificação anual dos programas de cursos, seminários, estágios e pesquisas, etc. Ao mesmo tempo as iniciativas individuais e de algumas Faculdades em executar certas inovações contribuíram para alargar o campo de aplicação, sem contudo, deve-se reconhecer, atingir o ideal em extensão e profundidade para permitir que se testassem os resultados tendo em vista uma elevação da qualidade do ensino e da pesquisa em caráter nacional.

Em contrapartida, dificuldades de ordem diversa ou simplesmente a displicência dos responsáveis relegaram a segundo plano recomendações como a da conservação e dinamização dos arquivos, a supressão dos exames de suficiência para as regiões do país que não mais precisam de professores improvisados, a adoção do tempo integral para melhorar a eficiência e elevar o nível dos trabalhos de docência e pesquisa do professor, a necessidade de estabelecimento de uma terminologia técnico-científica para os historiadores e professores de História, a atenção ao século XX no ensino da História, a divisão das disciplinas História Antiga e Medieval, etc. Também algumas Moções sobretudo as que diziam respeito à segurança e alargamento do mercado profissional dos licenciados em História, apresentadas no correr das reuniões, poderiam ter merecido um tratamento mais dinâmico e persistente.

Que os professores reunidos em Marília tinham razão em suas recomendações, não cabe dúvida, e a prova mais evidente disto é que as que foram postas em prática, pelo que se sabe estão funcionando no geral satisfatoriamente, sendo ainda muito sintomático lembrar que outras muitas

foram objeto de reivindicações nos movimentos estudantis de 1968, ocorridos no Brasil.

Como resultados positivos, ainda, dessa primeira reunião, entre outros, ficaram a criação da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH), hoje com 10 anos de existência e compreendendo praticamente todo o país, a publicação dos Anais de cada Simpósio (13), o estímulo à realização da sequência de reuniões que se teve até hoje, e o conhecimento recíproco de professores de várias áreas do país, que até então se ignoravam.

De 27 a 31 de outubro de 1962 reuniu-se a ANPUH em Curitiba, tendo participado 137 professores, 50 a mais do que em Marília. Na reunião do Paraná foi considerado um tema único *A propriedade e o uso da terra*, tendo sido sobre ele apresentadas 15 comunicações.

Em Franca (SP), tivemos de 3 a 7 de novembro de 1965 o III Simpósio, com o comparecimento de 85 professores e a apresentação de 18 comunicações sobre dois temas: 1. *Artesanato, Manufatura e Indústria* e 2. *Fontes primárias para a História*. Nessa oportunidade foram tomadas duas deliberações que julgamos bastante acertadas: a) realização dos Simpósios cada dois anos e b) convite oficial pela Diretoria da ANPUH para que determinados professores apresentassem comunicações nas futuras reuniões, comunicações que versariam sobre o tema previamente escolhido, sem prejuízo dos demais trabalhos, com o que se objetivou elevar o nível geral das comunicações.

De 3 a 8 de setembro de 1967 reuniu-se o IV Simpósio em Porto Alegre versando o tema geral *Colonização e migração* e tratando-se também das *Fontes primárias para a História*.

Tivemos de 1 a 7 de setembro de 1969 o V Simpósio, que se realizou na cidade de Campinas (SP), com o seguinte temário: 1. *Rotas, portos e comércio* (tema fundamental), 2. *Levantamentos das fontes primárias* e 3. *Didática da História problemas e experiências*. Essa reunião teve trezentos e sessenta comparecimentos, com 55 comunicações. A cidade de Goiânia foi sede do VI Simpósio, cujo temário abordou o *Trabalho Escravo e Trabalho Livre; Didática e Metodologia da História* e *Fontes primárias da História* (levantamentos bibliográficos do primeiro tema). Essa reunião contou com perto de 700 participantes, tendo também o número de comuni-

(13) Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961, Faculdade de Filosofia de Marília, 1962; Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História, Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, Curitiba, 1962; Anais do III Simpósio dos professores Universitários de História, Faculdade de Filosofia de Franca, 1966; *Colonização e Migração*, Coleção da Revista de História, Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, São Paulo, 1969; *Portos, rotas e comércio*, Coleção da Revista de História, 2 vols. Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, São Paulo, 1971.

cações superado ao dos Simpósios anteriores. O sétimo conclave realizar-se-á em Belo Horizonte, em 1973, com o tema geral *As cidades na História* (Urbanização).

Não obstante o número de comparecimentos e comunicações não possa ser considerado como índice exclusivo de uma possível evolução no interesse que as reuniões têm despertado, pois nesse sentido pesam bastante as condições que a Faculdade sede da reunião oferece aos simposistas, ao mesmo tempo também que atuam sobre esse comparecimento as facilidades concedidas pelas Faculdades que enviam representantes, têm-se notado todavia dados animadores, quais sejam o comparecimento constante de boa parte dos participantes na maioria dos Simpósios já realizados, ao mesmo tempo que em tôdas as reuniões há sempre novas Faculdades e professores que se fazem presentes. Alguns professores estrangeiros têm prestigiado as reuniões, enquanto cresce o número de Centros de Estudos Históricos, mantidos pelos estudantes, que enviam seus representantes, bem como ainda é grande também o número de estudantes universitários de História que acompanham atentamente as sessões na qualidade de observadores, chegando eles em Goiânia a realizar reuniões à parte, quando discutiram os seus problemas específicos.

São de natureza vária os fatores limitadores da ação da ANPUH, como por exemplo, a falta de recursos econômicos com que luta a entidade, que não é subvencionada pelo Governo, nem assistida pelas Faculdades que possuem curso de História, e nem sequer conta com a regular contribuição dos seus associados; em decorrência disso, é grande a sobrecarga de responsabilidades que se abatem sobre a sua Presidência e Secretaria, que têm sido de extraordinária eficiência nesse sentido.

Por outro lado, o crescimento explosivo que se vem verificando nas duas últimas reuniões está a exigir uma reformulação regimental interna, tendente a racionalizar mais os trabalhos, elevando o seu nível no conjunto e permitindo que um maior número de professores possam assistir um maior número de sessões e participar dos debates.

O convite para especialistas apresentarem as comunicações básicas, deve ser a nosso ver retomado, estendendo-se a alguns nomes dos estudos históricos no Brasil, acreditamos que dentro e fora da Universidade, e que até agora não deram o seu concurso aos Simpósios. Chamá-los ao convívio dos colegas que vêm prestigiando as reuniões só deverá resultar em proveito de todos.

Um amplo diagnóstico dos problemas que afligem a preservação das fontes e comprometem o nível científico da pesquisa em História do Brasil foi elaborado pelos professores Francisco Iglésias e Alice P. Canabrava respectivamente na Mesa Redonda realizada sobre *A pesquisa histórica no Brasil*, por ocasião da XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para

o Progresso da Ciência (Curitiba, 4 a 10 de julho de 1971) e no I Seminário de Estudos Brasileiros, por ocasião do Encontro Internacional de Estudos Brasileiros (São Paulo, 13 a 25 de setembro de 1971).

Os resultados gerais alcançados até o VI Simpósio nos levam à convicção de que eles têm contribuído de maneira decisiva para o desenvolvimento dos estudos históricos no Brasil. Assim é se considerarmos a atualização didático-científica que cada nova reunião traz em si, o intercâmbio de idéias, de técnicas e métodos de pesquisa, o tratamento moderno que certos temas têm recebido, bem como o fato da escolha de um tema geral permitir a concentração maior de trabalhos, em profundidade, sobre áreas do conhecimento histórico que reclamavam, particularmente na História do Brasil, esse esforço revisionista factual e ideológico. A troca de informações e a atualização sobre as pesquisas em andamento, os debates que alcançam bom nível perante certas comunicações e a publicação regular dos Anais dos Simpósios completam a soma desses resultados positivos.

Algumas sugestões que deixamos aqui, como tudo o mais que observamos sobre o ensino da História na Universidade brasileira, nascem mais de uma auto-crítica que fazemos em relação a nós próprios, pela pequena mas em todo o caso contínua contribuição que temos dado desde o início dos Simpósios.

Os estudos históricos atingiram no Brasil uma extensão que realmente impressiona pelos números, sem que lhe tenha correspondido a manutenção de alto nível científico nos trabalhos universitários. A indiscriminada proliferação de Faculdades de Filosofia, quase todas com o seu curso de História, deu em resultado, como era de se esperar, uma mediocridade alarmante que envolve as técnicas de ensino, os métodos de trabalho, o conteúdo mesmo do ensino, a ausência da pesquisa ou quando esta existe, a sua lastimável condição de mera coleta mal feita e de más conseqüências, a manutenção de uma mentalidade concessiva que vai bem em consonância com aquela afirmação do velho Machado de Assis que dizia "Viva pois a História, a volúvel História que dá para tudo", para não lembrarmos outras limitações que caracterizam o atual estágio dos estudos históricos no Brasil.

Senão vejamos. Levantamentos procedidos em 1967, e portanto que já perderam em muito a atualidade, revelam que existiam no Brasil, naquele ano, 103 Faculdades de Filosofia. Destas, 75 possuíam curso de História. Nesse número não foram considerados as Faculdades de Educação e os Institutos, estes de estrutura bastante variada e incluindo, algumas vezes, a História. Daquele ano para cá, esses números têm que ser várias vezes multiplicados. Esse crescimento quantitativo talvez venha a se estacionar ou mesmo diminuir tendo em conta a minimização e esvaziamento que a História vem sofrendo no currículo do ensino secundário, reduzindo sensivelmente o mercado de trabalho, para o qual se dirigem as Faculdades de Filosofia, o que aliás deu em conseqüência, também por outras alterações

sofridas pelo currículo, uma imediata reação dessas Faculdades que estão preferindo criar cursos de "Estudos Sociais" em vez de História.

O total de estudantes e professores de História vinculados a esses cursos, estamos nos referindo aos cursos de História, teria ainda que ser acrescido, tomando-se em consideração outras Faculdades que não as de Filosofia e que mantêm em seus cursos Cadeiras de História, por força do currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação ou por iniciativa do estabelecimento, como é o caso, por exemplo, das Faculdades de Arquitetura que têm História da Arquitetura pelo currículo mínimo; as Escolas ou Faculdades de Biblioteconomia com seus cursos de História do Livro e das Bibliotecas, História da Literatura, História da Arte, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Bibliografia, Documentação e Paleografia, estas três últimas de especial interesse para a História; as Faculdades de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais com a História Econômica Geral e a Formação Econômica do Brasil; as Escolas e Faculdades de Comunicações e os Cursos de Museologia que geralmente têm a História Geral e do Brasil figurando em seu currículo; as Escolas de Jornalismo que têm previstas no currículo mínimo História do Brasil, Civilização Contemporânea e História da Cultura Artística e Literária; as Faculdades de Música, onde se inclui História da Música; as Escolas de Teatro, que lecionam História do Teatro e, por último, as próprias Faculdades de Filosofia que além dos Cursos de História têm geralmente em outros cursos Cadeiras de História, como nos de Ciências Sociais, Geografia e Letras, entre outros. Isto traduzido em número de professores e estudantes deve, como facilmente se calcula, atingir índices realmente significativos para que tomem em consideração os problemas que desafiam os que tenham responsabilidades no tocante à situação dos estudos históricos no Brasil.

Entretanto, é forçoso reconhecer que aqui, mais do que nunca, a quantidade não significa qualidade, isto é, a expansão do ensino da História, e portanto o aumento do número dos que a ela se dedicam no faixa universitária, não correspondeu a uma real conscientização do alcance e da força que a História traz em si, embora encerre uma potencialidade digna de ser mais e melhor aproveitada.

Antes, o predomínio flagrante do elemento feminino na clientela dos Cursos de História, no que aliás se acompanha a realidade das próprias Faculdades de Filosofia, pode significar — não dizemos que signifique sempre — uma grande perda de elementos que, muitas vezes, pelos motivos mais diversos, incluindo a falta de estímulo e oportunidades de trabalho, simplesmente vão usar, se usarem, os seus conhecimentos de História como "donas-de-casa". Isto não é em si um mal, mas deixa de ser um grande bem, num país como o Brasil, na medida em que se verifica que essas moças não usarão o que aprenderam e o que incorporaram ao seu patrimônio cultural, nem atenderão as finalidades para as quais foram supostamente preparadas. Traduzido em cifras a formação (bacharelato e licen-

clatura) de cada uma dessas mógicas significou enorme ônus para o Estado e para a comunidade num investimento praticamente improdutivo.

Esse como outros vários e importantes problemas convencem-nos da urgência que se tem no Brasil em renovar, dinamizar e elevar o nível dos estudos históricos que, por motivos óbvios, representam fator de especial significação não só para a formação da nacionalidade como para o esforço de desenvolvimento em que todo o país está empenhado.